POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: a iniciação científica na atualidade

Silvana Aparecida Pages[1]

Soraia Sant`Anna Gomes[2]

Siomara Moreira Vieira Borba[3]

RESUMO

A presente pesquisa pretende apresentar reflexões relacionadas à educação superior como serviço público, com ênfase nas políticas de financiamento para o desenvolvimento das pesquisas no Brasil, especialmente na iniciação científica. O objetivo é discutir a função essencial do Estado como agente promotor de tais políticas, em um contexto em que foi incluída no texto constitucional a política de austeridade fiscal, a qual inviabiliza, por um período de vinte anos, essa função essencial do Estado de intervir na economia. Consideramos a importância das políticas públicas de fomento à pesquisa para a formação de novos pesquisadores, a partir dos programas de iniciação científica desenvolvidos nas instituições de ensino do país. Preocupa-nos os diversos cortes no orçamento destinados ao financiamento da educação superior e das pesquisas científicas em todas as áreas do conhecimento e, especialmente, ao descrédito e o desmonte da ciência promovido pelo atual governo do presidente Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: Iniciação Científica 1. Financiamento da educação superior 2. Políticas para a educação superior 3.

ABSTRACT

The present research reflects about higher education as a public service, with emphasis on funding policies for the development of research in Brazil, especially undergraduate research. The objective is to discuss the essential function of the State as the promoting agent of such policies, in a context in which the fiscal austerity policy was included into the constitutional text, which makes unviable, for a period of twenty years, this essential function of the State to intervene in the economy. We considered the importance of public policies for the promotion of new researchers' education, based on the undergraduate research programs developed in the educational institutions of the country. We are concerned about the various budget

[1] Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); silvana.pages@gmail.com

[2] Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); soraiasantannapessoal@gmail.com

[3] Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC - RJ – Brasil. Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ – ProPEd - UERJ - RJ - Brasil. E-mail: siomaraborba@gmail.com

cuts that undermined the funding of higher education and scientific research in all areas of knowledge, and especially about the discrediting and dismantling of science promoted by the current government of President Jair Bolsonaro.

Keywords: Undergraduate Research 1. Higher education funding 2. Higher Education Policies 3.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta o tema da educação superior como serviço público, com ênfase nas políticas públicas de incentivo às pesquisas desenvolvidas no Brasil, trazendo o contexto histórico dos avanços e retrocessos de incentivo às pesquisas até os dias atuais. Como objetivo o texto visa discutir a função essencial do Estado como agente promotor e fomentador das políticas voltadas para esse segmento de ensino, em um contexto em que o capitalismo assume a faceta ultraliberal de austeridade fiscal e de desoneração do Estado, mediante a redução do gasto social, do gasto da educação, da ciência e da saúde.

Justificamos esta pesquisa ponderando sobre a questão atual envolvendo o papel que a educação superior desempenha quanto à demanda de preparação de nossos jovens cientistas, problematizando a centralidade dessa questão mediante a asfixia financeira imposta às universidades públicas, em pleno movimento de expansão do ensino superior, conforme as análises do pesquisador Edward Moreira (2021) e da pesquisadora Clarissa Neher (2019).

Colocamos as questões atuais, em perspectivas históricas, através dos estudos de revisão, em Adriano de Oliveira (2003) e, em Maria Maccariello (1999), no debate sobre como a ciência passou a ser considerada como elemento fundamental para a criação de tecnologias e para a expansão das forças produtivas no Brasil.

2 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO SERVIÇO PÚBLICO E AS PERSPECTIVAS PARA A INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Rememoremos a Declaração sobre a educação superior no século XXI: visão e ação, aprovada pela conferência mundial sobre educação superior, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)[4], a qual estabelece no artigo 14, o financiamento da educação superior como serviço público:

> [...]
>
> Artigo 14. O financiamento da educação superior como serviço público
>
> a) O financiamento da educação superior requer recursos públicos e privados. O Estado mantém seu papel essencial neste financiamento. O financiamento público da educação superior reflete o apoio que a sociedade presta a esta educação e deve, portanto, continuar sendo reforçado a fim de garantir o desenvolvimento da educação superior, de aumentar sua eficácia e de manter sua qualidade e relevância. Não obstante, o apoio público à educação superior e à pesquisa permanece essencial, sobretudo como forma de assegurar um equilíbrio na realização de missões educativas e sociais.
>
> b) A sociedade em seu conjunto deve apoiar a educação em todos os níveis, inclusive a educação superior, dado o papel na promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural sustentável. A mobilização para este propósito depende da conscientização e participação do público em geral, e dos setores públicos e privados da economia, dos parlamentos, dos meios de comunicação, das organizações governamentais e não-governamentais, de estudantes e instituições, das famílias, enfim, de todos os agentes sociais que se envolvem com a educação superior. (UNESCO, 2018, p.67).

Como podemos depreender da Declaração sobre a educação superior no século XXI, o financiamento da educação superior e da pesquisa requer recursos públicos e privados, mantendo-se o papel do Estado como agente fomentador e indutor de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento econômico, social e culturalmente sustentável.

Nesse sentido, de acordo com Wandenkolck (1998) *apud* Oliveira (2003), no Brasil, desde os períodos de governo do presidente Getúlio Vargas (1939-1945 e 1951-1954) a ciência passou a ser considerada como elemento fundamental para a criação de tecnologias e para a expansão das forças produtivas do país. Para isso, o Estado associa-se à iniciativa privada a fim de superarem a dependência de produtos manufaturados importados, investindo na ciência e tecnologia, com o intuito de transformar o país em um país soberano.

Com base nessa demanda científica e tecnológica, Oliveira (2003) afirma que, juntamente com as necessidades estratégico-militares do período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cria-se o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico[5], através da promulgação da Lei nº 1.310 no ano de 1951, a qual unificou os interesses dos militares e dos cientistas, tendo como finalidade a orientação das atividades de pesquisa no país.

Segundo Oliveira (2003), o artigo 22 da Lei 1.310/51 prevê a criação de um Fundo Nacional de Pesquisa, cujo objetivo é fomentar as pesquisas:

> Na Lei nº 1.310/51 ficou estabelecido que o conselho deliberativo do CNPq teria como finalidade a orientação das atividades de pesquisa. Este Conselho seria composto, em sua maioria, por membros indicados pela comunidade científica, por membro de órgão representativo das indústrias e da administração pública. O presidente e o vice do órgão eram indicação do presidente da república e todos os membros deveriam ser confirmados por decreto presidencial. [...]
> Na lei que cria o CNPq, no seu art. 22º, estava previsto um Fundo Nacional de Pesquisa, cujo objetivo era o fomento a pesquisas. Os recursos seriam provenientes da União, de acordos entre estados e municípios, doações de particulares, de empresas e das atividades que gerassem renda e seria administrado pelo Conselho, que definiria quais seriam as prioridades. (OLIVEIRA, 2003, p. 21- 22)

Nessa direção, Oliveira (2003) expõe que, mesmo com a criação do fundo, cujo financiamento provinha de fontes diversas, o Estado se manteve responsável pelo estímulo à ciência e tecnologia. Para tanto, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) concedeu bolsas para o fomento à pesquisa[6] em diversas áreas do conhecimento. Segundo Oliveira,

> [...] os investimentos tiveram um crescimento constante nos anos de 1951 a 1954. Porém, em 1955 houve um decréscimo no volume de recursos. O principal motivo para essa queda dos recursos está na crise política que o país vivenciou com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, expressa nos vários presidentes que o Brasil teve até a posse de Juscelino Kubitscheck em 1956. (OLIVEIRA, 2003, p. 22)

Todavia, Oliveira (2003) afirma que a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), apesar de ter havido um aumento no orçamento do CNPq, a política desse governo, que previa maior investimento em ciência e tecnologia, não se concretizou como prevista, pois a totalidade dos recursos não foi repassada para o financiamento às pesquisas. Nos governos seguintes de Jânio Quadros (1961) e

João Goulart (1962-1964) os investimentos em pesquisa científica foram ainda mais reduzidos. Os cientistas tiveram, inclusive, seus salários reduzidos, o que causou a evasão de muitos deles para países, como Europa e Estados Unidos, em busca de melhores condições para o desenvolvimento de suas pesquisas. Oliveira menciona uma redução da produção científica no Brasil, nesse período, como consequência direta dessa evasão.

Posteriormente, no governo do presidente Castelo Branco (1964-1966), Oliveira (2003) relata que a área de Ciência e Tecnologia foi considerada como essencial para o desenvolvimento econômico do país e, deste modo, houve um aumento considerável dos recursos destinados à pesquisa e um incentivo para a formação de jovens pesquisadores:

> [...] uma das políticas deste governo foi investir, por meio do CNPq, na qualificação e formação de recursos humanos para a pesquisa, fator considerado estratégico para o crescimento econômico, numa perspectiva de longo prazo. Coube ao CNPq formular, planejar e coordenar a política de C&T em todos os órgãos do governo. [...] No governo Castelo Branco foi priorizada principalmente a formação de jovens pesquisadores nos cursos de graduação por intermédio das bolsas de Iniciação Científica (OLIVEIRA, 2003, p. 24-25)

Segundo Oliveira (2003), a partir do governo do presidente Castelo Branco, depois de o Brasil perder diversos cientistas que foram para outros países e de ver a produção científica nacional sofrer as consequências dessa evasão, houve uma preocupação maior com a formação de recursos humanos, no sentido de se resgatar a pesquisa científica no país, especialmente, para a formação de jovens pesquisadores, oferecendo bolsas de iniciação científica nos cursos de graduação.

Com base nesse cenário, o CNPq teve sempre um papel importante no fomento aos programas de iniciação científica, desde sua criação no ano de 1951, permanecendo até os dias atuais. No entanto, o incentivo à formação de jovens cientistas por meio de bolsas de iniciação científica passou a ter maior incentivo com a criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC[7]), no ano de 1988.

De acordo com Maccariello *et al* (1999):

> Desde sua criação, em 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) concede bolsas de iniciação científica. Entretanto, no período 1951-87, esta forma de incentivo à pesquisa foi

> administrada exclusivamente pelo CNPq mediante solicitações feitas diretamente pelos pesquisadores, o que impossibilitava às instituições gerenciarem estas informações. Somente a partir da criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em 1988, o CNPq começou a conceder bolsas por meio de quotas institucionais, visando ao envolvimento dos estabelecimentos de ensino, enquanto instituição, no aperfeiçoamento do Programa. (MACCARIELLO *et al,*1999, p. 87)

Como podemos constatar, desde o início dos anos 1950, com a criação do CNPq, os investimentos em pesquisa têm sido prevalentemente direcionados para a área de Ciência e Tecnologia e isso permanece até os dias atuais. Apesar de todos os cortes ocorridos ao longo de décadas no fomento às pesquisas desenvolvidas no país, tais cortes foram menores nessas áreas, para onde se voltam os interesses do Estado e do setor privado.

2.1 Desafios para as universidades federais, mediante os cortes no orçamento e os impactos na iniciação científica

No âmbito das universidades federais, em termos orçamentários, tirando as despesas obrigatórias de pessoal, de benefícios, o reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Edward Madureira, em um seminário[8], contextualiza a situação esboçando um rápido raciocínio que nos dá uma ideia da dimensão da asfixia financeira imposta às universidades federais:

> [...] o orçamento discricionário das universidades federais, em 2014 era de 7,4 bilhões de reais. Esse era o orçamento que se tinha para manter as universidades e, também, algum recurso para investimento. Em 2020 esse orçamento ficou na casa de 5,3 bilhões e para 2021, a Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada é de 4,3 bilhões. (MADUREIRA, 2021, 12:55)

Nesse breve cenário apresentado por Madureira (2021), podemos observar que desde 2014, o orçamento em valores nominais sofre um declínio, ano a ano, significando uma queda no orçamento de 7,4 bilhões para 4,3 bilhões, ao passo que aumentaram as demandas por mais recursos. Segundo Madureira,

> temos seis novas universidades federais: 1 (uma) no Estado de Rondonópolis; 2(duas) no Estado de Jataí e do Catalão; 3 (três) no Piauí; 1 (uma) em Pernambuco e 1 (uma) no Tocantins. Temos em torno de 150 mil estudantes de graduação e de pós-graduação, a mais, do que tínhamos em 2014. (MADUREIRA, 2021, 13:52).

Entretanto, considerando o contexto das demandas, devido à expansão das universidades e ao fluxo de alunos que ingressam, a cada ano, nas universidades públicas deveria ser justamente ao contrário disso, portanto, necessitando de maior ampliação de recursos financeiros para atender a tais demandas. E, de acordo com Madureira (2021), mesmo com a EC nº 95/2016 que praticamente revoga o Plano Nacional de Educação (PNE), o balanço apresentado pelo reitor, conforme as regras da EC nº 95/2016, a educação superior deveria estar com um orçamento de 10,7 bilhões para 2021 e não apenas com 4,3 bilhões.

Os números revelam que as universidades públicas não terão condições de chegar ao final do ano com um corte no orçamento de quase 60%, com instalações decadentes quanto à manutenção de limpeza e de despesas que impactam na segurança, acessibilidade e nos próprios programas.

2.2. Os programas de permanência no ensino superior privado

Dado o papel do Estado como fomentador e indutor de políticas públicas, os programas de permanência no ensino superior tornam-se essenciais, especialmente em um cenário agravado pela pandemia causada por Covid-19, onde se constata uma alta taxa de evasão nas universidades privadas.

Nessa direção, de acordo com o mapa de ensino superior, de 2020 do Semesp[9], os dados demonstram que a taxa de evasão dos estudantes, sem o programa de Financiamento Estudantil (FIES) e, sem o Programa Universidade para Todos (ProUni)[10] atingiu o patamar de 26,2%, ao passo que a taxa de evasão dos estudantes beneficiários do ProUni caiu para 8,8%, assim como a dos estudantes do FIES caiu para 6,4%.

Nesse sentido, esses dados demonstram que a situação requer uma intensificação das políticas públicas, com foco em programas de permanência, de modo a que os estudantes não abandonem os cursos superiores, mediante a piora das condições de vida material desses estudantes e de sua família, causada pela pandemia.

2.3. Os programas de incentivo à iniciação científica no Brasil

Com relação à iniciação científica, é importante salientar que, desde a criação e a expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, este nível de ensino passou a ter mais importância na formação de novos pesquisadores e, desde então, parte do fomento destinado aos programas de iniciação científica foi deslocado para financiar a pós-graduação.

De acordo com Oliveira (2003), a Lei nº 5.540 de 1968, a qual desencadeou a reforma do ensino superior no país e, dentre outras coisas, institucionalizou os cursos de pós-graduação no Brasil, contribuiu para que a pós-graduação se tornasse um dos principais focos da política de formação de pesquisadores do CNPq. Tal fato fez com que parte do investimento, antes destinado aos programas de iniciação científica fosse deslocado para o financiamento dos cursos de mestrado e doutorado institucionalizados nas universidades do país.

Assim sendo, Segundo Oliveira (2003) houve, no decorrer dos anos e dos diversos governos, uma grande oscilação nos investimentos em políticas científicas no Brasil. O autor destaca que a Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo IV do Título VIII, afirma que é dever do Estado promover o desenvolvimento científico e a formação de recursos humanos para ciência e tecnologia, dando prioridade à ciência básica.

Nessa direção, observamos que, ainda que houvesse oscilação no investimento em pesquisa, independentemente do governo, quase todos deram especial atenção ao desenvolvimento científico e tecnológico. Entretanto, a partir do governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), ocorreu uma reorganização nesse processo, pois o foco deixou de ser a conquista de autonomia tecnológica e científica e passou a ser a competição no mercado internacional a fim de se atingir o desenvolvimento. Essa política de abertura da economia do país não contribuiu, como se havia planejado, para o desenvolvimento científico-tecnológico e, ao contrário disso, contribuiu para o desmonte do sistema de pesquisa no Brasil. Segundo Oliveira (2003), tal política de abertura

> [...] não possibilitou o desenvolvimento científico-tecnológico na forma e na proporção que o(s) seu(s) mentor(es) previu(ram). Na verdade o que a utilização do discurso neoliberal do Estado Mínimo logrou foi o desmonte do sistema de pesquisa, com a redução dos investimentos e a entrega da responsabilidade às empresas privadas nacionais para o estabelecimento de parcerias com as universidades e institutos de pesquisa para produção/aprimoramento/adaptação de tecnologia. Ocorre que as empresas nacionais não tinham tradição no estabelecimento de parcerias para investimento em C&T e a situação do país na divisão internacional do trabalho, com a crescente internacionalização da economia brasileira, acaba por (re)colocar o Brasil em situação subordinada no processo de desenvolvimento científico-tecnológico. (OLIVEIRA, 2003, p. 32-33)

Sendo assim, Oliveira (2003) alega que, nesse período (1990-1992), o CNPq sofreu as consequências das dificuldades financeiras e econômicas tendo, inclusive, questionada a sua necessidade de existência. Com isso, houve uma gritante redução de verbas, até mesmo na área de Ciência e Tecnologia.

Segundo o autor, no período entre 1991 e 1993, os recursos destinados à pesquisa foram praticamente inexistentes. A pós-graduação *stricto sensu* foi a modalidade que mais recebeu bolsas e, apesar de a quantidade de bolsas terem sido reduzidas nos cursos de mestrado, elas aumentaram nos cursos de doutorado. Com relação às bolsas de iniciação científica, elas seguiram a tendência de elevação observada desde a criação do PIBIC. Dessa forma, os programas de iniciação científica alcançaram quase o mesmo percentual de aumento das bolsas destinadas aos programas de pós-graduação. “Assim, o grande diferencial deste período foi a Iniciação Científica, que passou a ser prioridade na política de formação de pesquisadores do CNPq.” (OLIVEIRA, 2003, p. 34)

Segundo Guimarães (2001) *apud* Oliveira (2003), desde 1951 até a década de 1990, apesar da instabilidade dos recursos destinados à pesquisa, mais especificamente à ciência e à tecnologia, devido às crises econômicas e políticas que prejudicaram o desenvolvimento tanto qualitativo, quanto quantitativo da ciência e tecnologia no Brasil, a comunidade científica é unânime em defender que a atuação do CNPq tem sido fundamental para os avanços em ciência e tecnologia no país. Oliveira comenta que para este autor, “a política de formação de recursos humanos – mesmo com os percalços na regularidade dos investimentos - foi a responsável pelo aumento da produção científica do país.” (GUIMARÃES, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 34)

Nessa direção, Oliveira (2003) afirma ter havido uma preocupação com a formação de pesquisadores, no período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), principalmente por meio da concessão de bolsas de iniciação científica e de bolsas de doutorado. No entanto, houve um recuo nas bolsas de mestrado, nesse período. O autor pondera que a década de 1990 foi considerada a "Década da Iniciação Científica", tendo esta modalidade de ensino recebido mais bolsas do que qualquer outra modalidade, tendo em vista que

> [...] a IC é a modalidade na qual na década de 90 foi oferecido o maior número de bolsas - com exceção do ano de 1990 – e que por isso, pode ser considera a "Década da Iniciação Científica". Ao compararmos a década de 80 com a de 90, o crescimento foi de 486% (Relatório de Gestão Institucional, 2001a). Em 2001 foram 18.763 bolsas. (OLIVEIRA, 2003, p. 57)

No decorrer dos anos seguintes, segundo Neher (2019), o Brasil tem passado por processo contínuo de cortes nos recursos destinados às pesquisas científicas, após ter passado por períodos de maiores investimentos que ocorreram a partir dos anos 2000. Foi, especialmente a partir de 2006, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) passou a receber um volume maior de investimentos, vivendo um momento de prosperidade que permaneceu até o ano de 2014, quando se iniciou a crise que se estende até os dias atuais.

Nesse sentido, Neher (2019) afirma que o orçamento do MCTI:

> [...] passou a sofrer cortes constantes durante os anos seguintes do último governo Dilma Rousseff.
>
> Sob Michel Temer, o Ministério da Ciência e Tecnologia incorporou o das Comunicações e sofreu um contingenciamento de 44% das despensas previstas para 2017. Naquele ano, foram investidos apenas 3,77 bilhões de reais, o menor orçamento dos últimos 12 anos.
>
> O impacto foi tanto que levou entidades de pesquisa a se articularem no movimento "Conhecimento sem cortes", que denunciou a morte lenta da ciência no país devido à redução constante dos investimentos.
>
> No início de 2018, a situação parecia um pouco melhor com o anúncio de um investimento de 4,7 bilhões na pasta, porém, houve novamente cortes, o que chegou a atrasar o pagamento de bolsas [...]. Esse atraso levou o CNPq a entrar em 2019 com um rombo de 300 milhões de reais no orçamento. (NEHER, 2019, n.p)

Com relação ao atual governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), os investimentos sofreram cortes ainda maiores. De acordo com o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich (2019) *apud* Neher (2019, n.p), os cortes foram de grande magnitude e poderão destruir a ciência brasileira "[...] esses cortes representam um ataque sério ao desenvolvimento e à própria soberania nacional".

Nessa direção, os cortes no orçamento destinado às políticas públicas de incentivo às pesquisas científicas atingiram diretamente as agências de fomento à pesquisa, inclusive o CNPq, que recentemente sofreu um apagão em seus sistemas de informação, ocorrido no dia 23 de julho de 2021, que deixou fora do ar a plataforma Lattes, o que impossibilitou que fossem realizadas quaisquer atividades no CNPq.

Conforme defende Neher (2019, n.p), os cortes nos investimentos realizados pelo governo Bolsonaro também representam a perda dos recursos que foram aplicados anteriormente na área, por outros governos. E ainda, que os cortes podem impulsionar "[...] a fuga de cérebros, com pesquisadores deixando o Brasil para realizar seus trabalhos em países que ofereçam melhores condições."

Davidovich (2019) *apud* Neher (2019, n.p) alega que

> atualmente, o protagonismo das nações está baseado muito mais no poder do conhecimento do que no das armas. A pergunta é o que vai acontecer no Brasil num mundo que valoriza cada vez mais o conhecimento. A resposta é óbvia: o país vai se atrasar cada vez mais em relação a outros países.

Em tempos recentes, contrariamente ao que observa Davidovich (2019) *apud* Neher (2019), o atual presidente Jair Bolsonaro promove um cenário sombrio em seu (des)governo, pois, além dos constantes ataques à educação e à ciência brasileira, fazendo com que esta perca sua credibilidade e dos cortes no orçamento destinado às pesquisas científicas, promovendo o desmonte da ciência no país, ainda defende o armamento para a população brasileira, propondo que o cidadão comum adquira armas para cuidar de sua própria segurança, em um cenário de desemprego, fome e miséria.

2.4. O Plano Nacional de Educação e suas metas para a educação superior

Em relação às metas do PNE para a educação superior, o pesquisador Edward Madureira (2021) nos chama a atenção para o fato de 2014 ser um ano emblemático por ser, justamente, o ano do Plano Nacional de Educação (PNE), lembrando o autor do teor da meta 12 do PNE e de suas respectivas estratégias para a expansão do ensino superior, as quais para serem atingidas demandaria de um crescente de financiamento para o seu pleno cumprimento.

Nesse contexto de cortes orçamentários, passa a ser um desafio inatingível para o cumprimento da meta 12 do PNE, e suas respectivas estratégias. A previsão é a de elevar a participação de jovens entre 18 e 24 anos para 33% até 2024, com pelo menos 40% das novas matrículas na rede pública. Atualmente, o ensino superior encontra-se com apenas 17% da população nessa faixa etária, estando, portanto, muito aquém da projeção do PNE, conforme o demonstrado na Tabela 1 do Relatório do Primeiro Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação. (BRASIL, 2016, p.53):

Tabela 1. Projeção de matrículas no ensino superior para cumprimento da meta 12 do Plano Nacional de Educação

Dependência administrativa	2004	2014	2024	Variação (2014-2024)	
PÚBLICAS	1.214.317	1.961.002	3.069.906	1.108.904	56,5%
Federal	592.705	1.180.068	1.847.371	667.303	56,5%
Estadual	489.529	615.849	964.098	348.249	56,5%
Municipal	132.083	165.085	258.437	93.352	56,5%
PRIVADAS	3.009.027	5.867.011	7.530.367	1.663.356	28,4%

TOTAL	**4.223.344**	**7.828.013**	**10.600.273**	**2.772.260**	**35,4%**
População de 18 a 24 anos	24.266.526	22.681.790	21.200.546		

Fonte: Relatório do Primeiro Ciclo de Monitoramento do PNE – Biênio 2014-2016

Nesse sentido, considerando o crescimento projetado no PNE para o ensino superior no Brasil, preocupa-nos o futuro da produção do conhecimento no país, haja vista que as políticas públicas de incentivo às pesquisas científicas, já tão escassas no momento, precisarão de um investimento igualmente crescente, que acompanhe o número de vagas criadas. No entanto, sabemos, com base nos investimentos realizados em governos anteriores, até o momento atual, se formos considerar os episódios de avanços e de retrocessos que historicamente vêm conduzindo as políticas para o ensino superior no país, é notório que tais investimentos não vêm acompanhando, a contento, o movimento de expansão do ensino superior, nas mesmas proporções, considerando o baixo nível de investimento, e desse modo, refreando o potencial de desenvolvimento da produção acadêmico-científica do país.

3 CONCLUSÃO

O contexto atual é o de redução de investimentos em projetos de pesquisa científica e na quantidade de bolsas oferecidas nas instituições de ensino, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, afetando diretamente a produção de conhecimento no país. Além disso, com os diversos cortes no orçamento destinado à educação superior, as bolsas de iniciação científica oferecidas nesse nível de ensino ficaram cada vez mais escassas, o que tem dificultado a formação de novos pesquisadores.

Os dados revelam a mudança do papel do Estado, imposta pela agenda ultraliberal que emerge com força, no Brasil e que refletem no desmonte das políticas públicas de incentivo às pesquisas desenvolvidas no país, em um cenário desenhado por um orçamento da educação engessado pelo Novo Regime Fiscal imposto pela EC nº 95/2016.

O movimento de expansão do ensino superior sofre uma vez mais um recuo, no momento em que a economia do conhecimento assume um papel fundamental no mundo da internet das coisas, da inteligência artificial, da impressão 3D, da robótica, onde a economia do conhecimento passa a ser a tônica para o desafio de não sermos subalternos, enquanto nação, em relação a esses avanços da ciência em um mundo globalizado.

Mediante um cenário no qual o capitalismo retorna aos seus piores tempos, a pergunta que fazemos é sobre qual o destino reservado a uma nação governada sob um regime de viés autoritário, o qual não investe na educação, na ciência e em tecnologia; que promove o descrédito em relação à ciência; que ataca a democracia e que promove o desmonte do Estado brasileiro, inviabilizando assim, as políticas indutoras e de fomento às pesquisas?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação –PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://bit.ly/3ft3Kro Acesso em: 03 ago 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório do Primeiro Ciclo de Monitoramento do PNE**: Biênio 2014-2016.Brasília, DF: Inep, 2016. 590p.: il. Disponível em: https://bit.ly/3Aa6ba2 Acesso em: 03 ago 2021.

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS SOBRE O FINANCIAMENO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (Cedes). **Financiamento da Educação Superior no Brasil: impasses e perspectivas.** 11º livro da Série Estudos Estratégicos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://bit.ly/37gZ6YS Acesso em: 03 ago 2021.

Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação -1988. *In:* Conferência Mundial sobre Educação Superior, Art. 14 – **UNESCO,** Paris,9 de outubro de 1998. Disponível em: https://bit.ly/3xlS0NE Acesso em: 02 ago 2021.

MACCARIELLO, Maria do C. M. M; NOVICKI, Victor; CASTRO, Elza M. N. V. de. Ação pedagógica na iniciação científica. In: CALAZANS, Julieta. (Org.). **Iniciação científica**: construindo o pensamento crítico. São Paulo: Cortez, p. 79-115, 1999.

MADUREIRA, Edward. Painel I – O ultraliberalismo pós-golpe – 5 anos. *In*: Financiamento para a educação de qualidade. Seminário transmitido ao vivo pelo **Canal Youtube Fundação Perseu Abramo,** em 10 jul. 2021. Disponível em: https://youtu.be/s-CaoBljKKw Acesso em: 02 ago 2021.

NEHER, Clarissa. **O desmonte da ciência brasileira.** Academia Brasileira de Ciências. 2019. Disponível em: http://www.abc.org.br/2019/04/08/o-desmonte-da-ciencia-brasileira/. Acesso em: 19 ago. 2021.

OLIVEIRA, Adriano de. **Política Científica no Brasil:** Análise das políticas de fomento à pesquisa do CNPq. 2003. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, abril de 2003.

---

[4] Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação -1988. *In:* Conferência Mundial sobre Educação Superior, Art. 14 – UNESCO, Paris,9 de outubro de 1998. Disponível: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html Acesso em: 02 ago 2021.

[5] Em 1974 foi promulgada a Lei nº 6.129 que alterou o nome do conselho para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, porém, a sigla CNPq foi mantida e permanece até hoje. Esta lei também alterou a personalidade jurídica de direito público para direito privado, atribuindo-lhe a forma de fundação. (Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/fundo.html. Acesso em: 12 de ago. 2021.)

[6] O fomento à pesquisa consiste na concessão de recursos financeiros (capital e custeio) para a aquisição, funcionamento e instalação de laboratórios, publicações científicas, congressos, intercâmbio, missões científicas e contratação de pesquisadores estrangeiros." (OLIVEIRA, 2003, p. 36)

[7] "O PIBIC, voltado para os estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento, visa introduzir o aluno no mundo da pesquisa científica, estimular o pesquisador-orientador a formar equipes e propiciar à instituição um instrumento de formulação de políticas de pesquisa." (MACCARIELLO *et al,*1999, p. 87)

[8] Recurso Audiovisual – Edward Madureira, apresentação de painel em um Seminário sobre Financiamento para a educação de qualidade, transmitido ao vivo pelo **Canal Youtube Fundação Perseu Abramo,** em 10 jul. 2021. Disponível: https://youtube.be/s-CaoBljKKw Acesso em: 02 ago 2021.

[9] *Fonte*: Instituto Semesp – entidade que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil. Disponível: https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-11/dados-brasil/evasao/ Acesso em 25 ago 2021.

[10] O ProUni federal foi instituído em 2005, no governo Lula, destinado aos estudantes que tenham cursado o ensino médio, obedecendo aos critérios de participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), alcançar a nota de corte do curso pretendido e atender ao critério de renda familiar.